

INFORMAÇÃO E APELO DIRIGIDO

AOS/ÀS SENHORES/AS DEPUTADOS/AS DA NAÇÃO

Os **Trabalhadores da Agência Lusa** estão muito preocupados com a intenção do Governo de reduzir em cerca de 30 por cento o valor do contrato de serviço noticioso e informativo de interesse público.

Considerando que essa redução comprometerá gravemente o funcionamento e a dimensão da rede nacional e internacional da Agência, bem como a qualidade editorial dos serviços por ela prestados, os **Trabalhadores da Agência Lusa** recordam que:

- a) A Agência Lusa desempenha um **insubstituível papel** de fazer chegar a todo o mundo as posições estratégicas de Portugal, difundindo os seus interesses políticos e económicos e a língua e a cultura nacionais;
- b) Dada a amplitude e diversidade da sua cobertura, através da presença em todo o país, a Agência tem um papel determinante para a imprensa local, regional e nacional.
- c) A Lusa divulga aos clientes, mensalmente, quase 12 mil notícias, uma média diária de 395 notícias por dia, mais de 1000 sons e cerca de 850 vídeos, satisfazendo as necessidades de rádios, jornais e televisões, independentemente da sua dimensão.
- d) Através dos seus correspondentes nos países lusófonos e onde existem significativas comunidades de emigrantes, a Agência desempenha um papel determinante na coesão nacional e no reforço da ligação a Portugal.
- e) Ao abrigo de um contrato específico e plurianual, a Agência Lusa presta serviços que asseguram o cumprimento das obrigações do Estado no âmbito do serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

Tendo isto em conta, os **Trabalhadores da Agência Lusa** pedem a atenção dos senhores/as deputados/as para os seguintes factos:

- a) Nos últimos seis anos, a Agência atingiu um patamar de sustentabilidade financeira, obtendo resultados positivos, reduzindo o endividamento, aumentando a rede de cobertura noticiosa e modernizando-se nas plataformas multimédia (pelo que foi distinguida com o Prémio de Inovação e Excelência 2010);

b) O contrato de serviço público entre o Estado e a Lusa é um suporte indispensável ao funcionamento da Agência e decorre da lei, que prevê um serviço público de informação e noticioso, que a Agência Lusa sempre cumpriu;

c) Sem o contrato com o Estado, que representa cerca de 70 por cento das receitas da Lusa, **não é possível atingir os objetivos de serviço público**, no país e no mundo;

d) Em junho de 2012, o Estado denunciou o contrato de prestação de serviço de interesse público com a Agência, renegociando novo contrato para 2013;

e) Em 2012, a Lusa recebe 15.567.165,72 euros (a que acresce IVA) pela prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público;

f) No final de 2012, a Lusa prevê alcançar 3,615 milhões de euros em resultados operacionais e 2,457 milhões de euros de resultado líquido;

g) O corte previsto implicará, necessariamente, uma redução da massa salarial e poderá dar origem a **despedimentos, rescisões de contratos e dispensa de avençados e colaboradores**.

Resumindo, os **Trabalhadores da Agência Lusa** alertam os senhores/as deputados/as para a impossibilidade de garantir o serviço público após a intenção da tutela em aplicar um corte de verbas na ordem dos 30 por cento e para o risco que tal redução possa representar para o pluralismo informativo e para o bom funcionamento do regime democrático.

Nesse sentido, os **Trabalhadores da Lusa** apelam a todos/as e cada um/a dos/as deputados/as da Nação para que protejam o serviço público de informação e defendam a garantia de qualidade e diversidade editorial da Agência Lusa.

Lisboa, 16 de outubro de 2012,

COMISSÃO DE TRABALHADORES

CONSELHO DE REDAÇÃO

DELEGADOS SINDICAIS

(Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos
Trabalhadores de Escritório, Site Centro/Sul-
FIEQUIMETAL)